

Brasil já conta com a

Dívida Externa

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quinta-feira, 6 de fevereiro de 1986 17

moratória dos mexicanos

TARCISIO HOLANDA
Da Editoria de Política

O Governo brasileiro está informado de que o México está prestes a pedir uma concordata ou moratória para sua dívida externa, uma vez que a brusca queda na cotação do petróleo para 15 dólares o barril tem um efeito devastador sobre a economia e as finanças daquele país, impossibilitando-o de pagar os juros. As autoridades brasileiras (leia-se o ministro da Fazenda, Dilson Funaro) estão mantendo permanente contacto com o Embaixador do México no Brasil e ministros daquele país.

Embora lamentem a situação do México, as autoridades econômicas não podem deixar de registrar que o Brasil está certo quando segue seu caminho em matéria de política econômica, repelindo a recessão, uma vez que os mexicanos foram o país que aplicaram de forma mais ortodoxa o receituário do FMI e estão em situação desesperadora. Calculam técnicos do Governo brasileiro que o México precisará de cerca de 10 bilhões de dólares de dinheiro novo (o país só suportaria a queda do barril até 17 dólares).

Com a situação anterior, quando o dólar vinha caindo de cotação, as autoridades econômicas do México afirmavam que, a 17 dólares o barril, o país só precisaria de três bilhões de dólares de dinheiro novo. Diante da queda até 15 dólares, se não houver uma flutuação em contrário e a favor, o país terá que pedir ao sistema financeiro

internacional dez bilhões de dólares.

CONTATOS

O ministro Funaro está tomando o cuidado de manter constantes contactos com o embaixador do México no Brasil e com autoridades econômicas daquele país. O Governo brasileiro não quer ser surpreendido e tem a convicção de que o sistema financeiro terá de socorrer o México para evitar o pior.

Além disso, realisticamente, a expectativa é de que haverá concessões e que, nesse caso, nós teremos que acompanhar a evolução do acontecimento para não deixar de nos aproveitarmos adequadamente de todos os precedentes — em matéria de concessões.

O Brasil continua sustentando que não deve entrar em qualquer cartel de devedores, como alguns países insistem, embora compreenda que, de certa forma, os credores estão organizados em algo semelhante. Ainda que continue a agir contrariamente à organização dos devedores em cartel, o governo brasileiro mantém contactos na área dos devedores, e não apenas dos credores, informando-se do estágio das diferentes negociações bilaterais.

SEM ATROPELO

O Governo brasileiro não quer apressar o passo para não ser atropelado, como ocorreu com a Argentina, que também seguiu o modelo do Fundo e está em situação desesperadora. O

presidente Raul Alfonsín, da Argentina, no encontro que manteve com Sarney em Foz de Iguaçu, disse-lhe que certo estava o Brasil, que tinha optado, não pela recessão, mas pelo crescimento econômico.

Alfonsín disse a Sarney que a Argentina também se prepara para crescer, porque verificou que a recessão imposta tanto tempo só agravou as condições internas daquele país, levando seu parque industrial a uma situação pré-falimentar. Toda a economia foi desorganizada por sucessivos políticos recessivos de choque.

O Governo brasileiro anotou, ainda, com satisfação que a política que está seguindo é a mais certa, sendo necessário ganhar tempo para negociar o conjunto da dívida externa (mais de 100 bilhões de dólares) com os credores. Se tudo der certo este ano, se o déficit público operacional for zerado, como se espera, e se a inflação for reduzida a níveis toleráveis, o Governo brasileiro pensa em iniciar as conversações em março do próximo ano.

COM VENEZUELA

Ao mesmo tempo, as autoridades econômicas e diplomáticas mantêm permanente contacto com a Venezuela e outros países devedores da América Latina, também em situação difícil. Sarney e seus principais auxiliares na área econômica anotam que o Brasil estava certo quando decidiu colocar a negociação da dívida em termos políticos e não técnicos.